

Construtora Sultepa S.A.

CNPJ nº 89.723.993/0001-33 - NIRE 43 3 0000235 7 - Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração 2014 - A Administração da Construtora Sultepa S.A. e controladas ("SULTEPA"), em observância aos preceitos legais e estatutários, submete à sua apreciação o Relatório da Administração as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2014, e suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras e operacionais a seguir estão apresentadas em milhares de reais e em base consolidada, exceto quando especificado o contrário, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS International Financial Reporting Standards). Todas as comparações foram feitas em relação ao exercício 2013, exceto quando especificado o contrário. **1. Perfil:** A SULTEPA iniciou suas atividades em 1956. É uma empresa de infraestrutura que atua no ramo da construção, e tem em seu portfólio a realização de obras rodoviárias, urbanas, metroviárias, de saneamento, construção civil, obras portuárias, aeroportuárias, concessões, barragens e montagens industriais. Além dessas atividades engloba obras de engenharia, britagem, venda de concreto, locação de equipamentos e montagens industriais. **2. Cenário em 2014:** O crescimento da economia previsto para o exercício de 2014 ficou abaixo da expectativa. A evolução dos principais indicadores esperados para 2014, não se concretizaram, principalmente voltados para setor externo e setor público. O setor de infraestrutura continua passando por momentos difíceis e incertos no País, decorrentes do corte de investimentos. A demora nas licitações e atrasos no início de obras, bem como atrasos nos pagamentos dos serviços executados, vem prejudicando o faturamento da companhia, principalmente, na rentabilidade das obras. E em 2015 não deverá ser muito diferente. **3. Desempenho Econômico Financeiro:** Apesar de grandes mudanças implantadas pela atual Diretoria, no decorrer dos exercícios de 2013 e 2014, como a consolidação de grande parte do processo de reestruturação, nos cargos de gestão, paralisação de obras que não estavam gerando lucro, troca de sistemas e controle rigoroso de custos, não foram suficientes para uma melhora dos índices econômicos financeiros. Esperamos para o segundo semestre de 2015 e o início de 2016, uma melhora significativa nos resultados do **GRUPO SULTEPA**. Em 2014, a receita bruta atingiu R\$ 103,8 milhões quando em 2013 foram de R\$ 164,4 ou que significa uma queda no crescimento na ordem de 36,86%. O lucro bruto correspondeu a R\$ 1,8 milhões em 2014 já em 2013 foi de R\$9,6 com uma variação negativa na ordem de 81,30%. O resultado líquido consolidado foi de R\$ 21,2 milhões negativos, e em 2013, foi de R\$ 21,7 milhões. Houve uma melhora de 2%, comparados com exercício anterior. O exercício de 2015 será um ano difícil para a maioria das empresas brasileiras. **O GRUPO SULTEPA** acredita e

reforça a atenção especial à produtividade das obras em andamento e a eficiência dos negócios, permitindo assim que a companhia cresça com maior solidez. **4. Mercado de Capitais:** As ações preferenciais da SULTEPA em 2014, apresentaram uma desvalorização na ordem de 59,02% em comparação com 2013. Movimentaram R\$ 1.078 milhões em 1.209 negócios no período. As ações continuam sendo negociadas na BM&FBovespa. Ressaltamos, no entanto, acreditamos numa recuperação das ações para os próximos exercícios, uma vez que se encontram com valor muito baixo para uma empresa do porte do **GRUPO SULTEPA**. **5. Sustentabilidade:** O **GRUPO SULTEPA**, no exercício de 2014, manteve a atuação da Gestão Ambiental de forma que a empresa e seus colaboradores demonstram crescente interiorização de conceitos importantes no tocante à questão ambiental, melhorando a gestão de resíduos, recuperando áreas mineradas e melhorando a qualidade ambiental de suas obras e unidades fixas. Quanto à recuperação ambiental de áreas mineradas, em 2014 foram mantidas as atividades de roçada, adubação e reposição de mudas nas áreas de recuperação ambiental das pedreiras. Houve também a ampliação das áreas de plantio com a introdução de mais 712 mudas na pedreira de Estância Velha-RS. O **GRUPO SULTEPA**, também tem dado continuidade às parcerias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental das localidades onde atua, de forma que a interação com a sociedade seja sempre benéfica. Com este intuito, participou novamente com a doação de mudas para a Semana do Meio Ambiente e do Projeto Estância Viva realizados no Município de Estância Velha por intermédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Preservação Ecológica (SEMÁPE). Quanto aos resíduos sólidos, a empresa manteve a implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais (PGRS) na unidade de Estância Velha atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos, focando na redução da geração de resíduos e mantendo as boas práticas de gerenciamento, armazenamento e descarte final de resíduos sólidos. No tocante às atividades minerárias, o **GRUPO SULTEPA** através da pesquisa e prospecção permite a descoberta de recursos naturais para futura exploração economicamente viável e ambientalmente sustentável, retornando para a sociedade geração de emprego, renda e impostos, além de contribuir para um melhor reconhecimento geológico do subsolo brasileiro. **6. Recursos Humanos e Projetos Sociais:** O **GRUPO SULTEPA**, encerrou o exercício de 2014 com efetivo de 503 colaboradores. Por conta do processo de reestruturação, houve uma redução de 46,02%. O mais significativo foi na folha de pagamento, que reduziu 32,12%, justificada pela redução dos cargos em todos os setores. A redução dos investimentos foi na ordem de 62,3%. Foram mantidos

somente investimentos nas sedes das obras em equipamentos que fossem de extrema importância, gestão e melhorias das obras em andamento. **7. Perspectivas para 2015:** Em níveis federais, espera-se que as obras previstas do PAC sejam liberadas para a execução dos projetos, cujos recursos se acham retidos tanto quanto as das obras. Requerem-se também, que ocorram modificações no LDO para que entrem na lei os recursos destinados ao planejamento e a projetos. Os investimentos em infraestrutura que o Governo Federal deverá implementar, através de concessões ou PPPs, não foram consolidados em 2014, espera-se que no segundo semestre de 2015 e no exercício de 2016, sejam concretizados. O setor de saneamento, um dos focos de atuação da Companhia, é de vital importância para o povo brasileiro, merece destaque e atenção especial por parte dos Governos, tanto Federal como Estaduais e Municipais. Em que pese o esforço e a estruturação de níveis de controle de gastos requer muita dedicação, alcançada mediante a execução das etapas preestabelecidas no programa estratégico, as quais estão em pleno curso e desenvolvimento na Companhia. Na projeção para 2015 alinha-se a mesma postura adotada ao longo de 2014, ou seja, acredita-se num provável redirecionamento para as obras de infraestruturas que se encontram paralisadas. A atual conjuntura econômica leva a diretoria da Companhia a trabalhar sob a expectativa de retomada do crescimento em 2016, momento temporal que contará com câmbio mais estável, maior aporte de investimentos e, principalmente a evolução dos níveis de controles internos que paulatinamente continuarão a ser concretizados no **GRUPO SULTEPA**. **8. Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento ao Artigo 2º da Instrução nº381/03 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informamos que nossos auditores independentes, a **UHY Moreira Auditores** não prestaram quaisquer outros serviços, que possam acarretar conflito de interesses ou perda de independência, além da auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31/12/2014. **9. Declaração da Diretoria:** Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas. **10. Agradecimento:** O **GRUPO SULTEPA**, manifesta aqui nossos mais sinceros agradecimentos aos nossos acionistas, controladores, conselheiros, clientes, fornecedores, instituições financeiras, entidades governamentais, comunidades em geral e em especial, aos nossos colaboradores pelos esforços, comprometimento, compreensão e apoio recebidos no decorrer de 2014. Porto Alegre, 03/09/2015. **A Administração**

Balanco Patrimonial				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo Circulante	9.025	7.725	61.381	93.066
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	669	367
Clientes	5	1.159	2.036	10.158
Impostos a recuperar	8	304	292	2.575
Partes relacionadas	11	-	-	343
Outras contas a receber	6	4.648	2.776	12.673
Operações com consórcios	24	173	173	31.852
Estoques	7	2.730	1.779	3.413
Ativo não Circulante	827.743	772.568	1.013.849	909.749
Realizável a Longo Prazo	418.910	372.798	853.481	743.703
Partes relacionadas	11	-	-	54.343
Depósitos judiciais e compulsórios		5.395	4.801	6.069
Outras contas a receber	6	250	250	13.350
Imóveis destinados a venda	10	87	2.287	1.637
Créditos a receber	9	413.178	365.640	768.159
Operações com consórcios	24	-	-	9.923
Investimentos	12	312.090	299.006	5.181
Participações em controladas		308.136	295.228	-
Participações em coligadas		3.954	3.778	5.181
Imobilizado	13	96.743	100.764	155.187
Total do Ativo		836.768	780.293	1.075.230

Nota	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo Circulante	164.852	140.445	241.051	211.762
Fornecedores	17	2.422	3.428	7.760
Instituições financeiras	14	34.849	36.256	62.388
Debêntures	21	31.365	18.863	31.365
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	27.396	21.761	38.349
Salários e provisão de Férias		6.359	6.081	12.284
Dividendos a pagar		99	99	2.528
Credores diversos	15	5.025	4.247	18.222
Títulos a pagar	16	36.306	30.275	41.868
Parcelamento especial Lei 11.941/2009	19	20.929	19.417	22.851
Parcelamento especial Lei 12.996/2014	19	84	-	700
Operações com consórcios	24	18	18	2.736
Passivo não Circulante	488.188	438.671	648.080	583.665
Instituições financeiras	14	5.400	2.144	23.905
Debêntures	21	50.490	50.735	50.490
Credores diversos	15	62.092	42.136	65.462
Obrigações sociais a pagar		61	10	231
Títulos a pagar	16	4.994	3.862	13.539
Partes relacionadas	11	80.571	75.909	35.437
Parcelamento especial Lei 11.941/2009	19	129.505	124.047	131.692
Parcelamento especial Lei 12.996/2014	19	1.164	-	12.548
Impostos e contribuições sociais a pagar	22	-	2.657	3.632
Tributos diferidos	20	117.951	113.151	228.248
Provisão passivos contingentes	23	34.411	22.471	55.746
Provisão para reflorestamento	23	1.549	1.549	2.916
Operações com consórcios	24	-	-	24.162
Patrimônio Líquido	25	183.728	201.177	186.171
Patrim. líquido atrib. aos acionistas control.		183.728	201.177	183.728
Capital social		130.000	130.000	130.000
Reserva de reavaliação		46.394	48.078	46.394
Ajuste a avaliação patrimonial		22.719	23.380	22.719
Prejuízos acumulados		(15.385)	(281)	(15.385)
Patrim. líquido atrib. aos acionistas não control.		-	2.443	6.211
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		836.768	780.293	1.075.230

Conselho de Administração			
Ricardo Lins Portella Nunes - Presidente	Astir Brasil Santos e Silva - Vice-Presidente	Jaime Barrios da Costa - Conselheiro	Angelo Lucio Villarinho da Silva - Conselheiro
Diretoria			
Ricardo Lins Portella Nunes - Diretor Presidente e Relações com Investidores	Sérgio Mattos - Diretor Administrativo e Financeiro	Carla E.C.Wick - Contadora - CRC/RS 54.404/0-7	

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
acompanhamento nos resultados. Os objetivos traçados neste plano operacional, para aumentar a produtividade e compatibilizar seu fluxo de caixa com a atual realidade, estão sendo ajustados de acordo com as necessidades de cada unidade. Com base no plano, foram tomadas algumas medidas, que irão afetar a curto prazo o fluxo de caixa e rentabilidade do Grupo: destinação de maiores recursos financeiros para obras que estão gerando maior rentabilidade; criação do fluxo de caixa projetado, com acompanhamento e monitoramento do mesmo com o efetivamente realizado; reequilíbrio de custos e despesas fixas em 15% do faturamento, para adequação ao ponto de equilíbrio, com a consequente revisão e/ou redução de todas as despesas administrativas por departamento, inclusive do quadro funcional; reescalonamento da dívida financeira existente, com o alongamento dos prazos; renegociação de despesas financeiras, com renegociação de taxas, tarifas de renovação de contratos. Neste plano operacional foi considerado um incremento no faturamento na ordem de 10%, considerando que o segmento de infraestrutura recebe maior parcela de investimentos tanto do Governo Federal como Estadual. Determinadas ações do plano operacional estão impactadas por ações de terceiros, as quais a Companhia não possui total domínio. Debêntures: conforme as premissas acima elencadas, a Companhia líquida o 1º emissão (2ª série) em abril de 2013 e apresentou proposta de repactuação para 3ª emissão na AGD em 02/10/2013. As dívidas com os debenturistas estão sendo novamente renegociadas e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas. As dívidas mantidas com as Instituições Financeiras estão na pauta das renegociações e foram apresentadas propostas de repactuação, de acordo com o fluxo de caixa projetado, e até o término da preparação dessas demonstrações financeiras não haviam sido concluídas. As demais obrigações também estão na pauta de negociações, para o alongamento dos prazos. A alta administração entende que com as medidas elencadas, conseguirá em um curto prazo, aumentar a rentabilidade e compatibilizar o seu fluxo financeiro consolidado e manter a continuidade de suas operações. Além disso, conforme descrito na nota explicativa nº 33, no primeiro trimestre de 2015, a Companhia reduziu em 23,83% o seu quadro funcional, totalizando 120 funcionários no valor de R\$ 2.200 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2,23, de que no dia 03/07/2015, a Companhia comunicou fato relevante de pedido de recuperação judicial nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.24, foi publicada no Diário Oficial da União de 11/11/2013 a Medida Provisória - MP nº 627, convertida na Lei nº 12.973 de 13/05/2014, que revogou o Regime Tributário de Gratificação (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009 e tem como objetivo a adequação da legislação tributária à fidejussão societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, consequentemente, extinguindo o RTT. Além disso, traz as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. A referida Lei deverá ser adotada obrigatoriamente para o ano-calendário 2015, sendo facultada a sua adoção no ano-calendário 2014, conforme seu artigo 71. A administração da Companhia entende que não haverá impactos relevantes para efetuar uma análise mais profunda e conclusiva das alterações introduzidas, não adotando no ano-calendário de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9, que descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 413.178 mil e consolidado em R\$ 768.159 mil, em 31/12/2014. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento. A administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A. suportada por parecer de seus assessores jurídicos, entende como remota as chances de perda. Parte desses ativos foi dada como garantia de dívidas, R\$ 214.891 mil (controladora) e R\$ 218.487 mil (consolidado). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 19 e nº 22, a companhia e suas controladas obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31/12/2014, as compensações efetuadas totalizaram o montante de R\$ 61.593 mil (consolidado - R\$ 65.188 mil). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 24, a companhia e suas controladas, visando aumentar sua capacidade operacional e produtiva em determinadas obras participam de alguns empreendimentos através de consórcios. As movimentações dos consórcios, não auditados por auditoria externa, apresentadas nos quadros da referida nota, evidenciam valores irrelevantes de resultado no período, tendo em vista que os mesmos foram ou estão sendo finalizados. A maioria estava vinculada as obras municipais da Copa de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da CONSTRUTORA SULTEPA S.A., cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram

relatório datado em 21/05/2014, com as seguintes ressalvas: a) não recebimento das respostas ao processo de confirmação externa (circularização) de transações e saldos das instituições financeiras: Como parte dos procedimentos obrigatórios de auditoria adotados no decorrer do exercício de 2013, foram enviados pedidos de informação de transações e saldos para todas as instituições financeiras que mantêm operações com a Companhia e suas controladas. Entretanto, até a data de conclusão dos trabalhos, não foi recebida parte significativa das respostas aos pedidos enviados, relativos a saldos significativos, notadamente, relacionados a Bancos - conta movimento e a Aplicações financeiras, na controladora, o montante de R\$ 663 mil e, no consolidado, o montante de R\$ 1.245 mil, classificados no ativo circulante, bem como relacionados aos empréstimos e financiamentos, na controladora, o montante de R\$ 38.400 mil e, no consolidado, o montante de R\$ 80.215 mil, classificados no passivo circulante e não circulante referentes ao exercício findo em 31/12/2013. Portanto, os trabalhos foram fundamentados exclusivamente pela aplicação de procedimentos alternativos sobre os controles auxiliares mantidos pela Companhia e suas controladas relativos a esses saldos contábeis, para os quais a opinião foi limitada; b) não apresentação dos testes do valor recuperável de ativos "impairment" dos bens do ativo imobilizado: Não foram apresentados os testes do valor recuperável de ativos "impairment" dos bens do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, nos montantes de R\$ 100.764 mil e de R\$ 161.887 mil, controladora e consolidado, respectivamente, em 31/12/2013, principalmente, sobre os ativos denominados de imóveis com direitos de lavra, nos montantes de R\$ 77.834 mil e de R\$ 129.988 mil, controladora e consolidado, respectivamente. Não permitindo a análise da recuperabilidade desses ativos nas operações normais das empresas e a eventual necessidade de constituição de provisão; e c) falta de análise para constituição de provisão para perdas sobre o recebimento de créditos de contratos de mútuo mantidos com controladoras indiretas: Em conformidade com a Nota nº 11(a.2) às demonstrações financeiras de 31/12/2013, as controladas Pedrasul Construtora S.A. e Sultepa Construções e Comércio Ltda. possuem créditos a receber de suas controladoras indiretas, Sultepa Participações S.A. e Portella Nunes Participações S.A., em 31/12/2013, no montante de R\$ 29.823 mil, classificados no ativo não circulante, no consolidado, decorrentes de empréstimos de mútuo, cujos contratos não evidenciam a existência de garantias reais para o seu efetivo recebimento. A realização depende do sucesso das operações futuras das próprias controladas. Nas circunstâncias, não foi possível mensurar o adequado valor para constituição da provisão para perdas nesta data-base. E as seguintes ênfases: a) a nota explicativa nº 9 (a, b, c) às demonstrações financeiras de 31/12/2013, descreve a situação relacionada com as ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas pela União Federal quanto aos precatórios e direitos creditórios reconhecidos no ativo não circulante da controladora em R\$ 362.028 mil e consolidado em R\$ 684.552 mil, em 31/12/2013. A manutenção dos referidos créditos depende do julgamento final dos processos judiciais em andamento; b) as notas explicativas nºs 14 e 21 às demonstrações financeiras de 31/12/2013, informam a existência de parcelas vencidas de contratos anteriormente já renegociados com as instituições financeiras e debêntures, no montante total de R\$ 28.565 mil (consolidado - R\$ 35.235 mil), em 31/12/2013. As parcelas vencidas do passivo não circulante não foram transferidas para o passivo circulante, uma vez que os instrumentos contratuais não prevêm o vencimento antecipado das demais parcelas; c) as notas explicativas nºs 15, 17 e 25 às demonstrações financeiras de 31/12/2013, informam a existência de transações mantidas com fornecedores, prestadores de serviços, funcionários, dentre outros, que se encontram vencidas em 31/12/2013, no montante de R\$ 8.450 mil (consolidado - R\$ 27.461 mil); d) as notas explicativas nºs 9, 19 e 22 às demonstrações financeiras de 31/12/2013, informam que a Companhia e suas controladas, em 28 de fevereiro de 2012, obtiveram, através de decisão de liminar, o direito de manter seus pedidos de compensações de contribuições sociais e impostos assegurados até a ação rescisória que existe sobre os precatórios seja julgada em definitivo. Em 31/12/2013, as compensações efetuadas totalizaram o montante de R\$ 54.641 mil (consolidado - R\$ 58.236 mil). Ainda, em 31/12/2013, existem impostos em atraso, ainda não pagos ou compensados, no montante de R\$ 21.087 mil (consolidado - R\$ 26.810 mil); e) as notas explicativas nºs 1 e 29(f) às demonstrações financeiras de 31/12/2013, apresentam os planos da Alta Administração, com relação à situação atual da Companhia e suas controladas, que vêm apurando prejuízos em suas operações e apresentando excesso de passivos sobre ativos circulantes nos encerramentos dos exercícios, resultando em deficiência significativa de capital de giro. Essas condições indicam a existência de incerteza que suscitam dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem outros ajustes em virtude dessas incertezas. Ainda, a Companhia e sua controlada Pedrasul Construtora S.A. estão com todas as suas certidões negativas vencidas. O plano operacional da Administração também está substanciado com base no fluxo de caixa projetado dos próximos 12 meses, os quais estão fortemente impactados por ações de terceiros, cuja Companhia e suas controladas não possuem o total domínio; e f) Conforme descrito na Nota nº 2 às demonstrações financeiras individuais de 31/12/2013 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Sultepa S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Porto Alegre, 03 de setembro de 2015

Uhy Moreira - Auditores
Contador CRC RS 68603 - CNAI nº 1128
CRC RS 3717

Diego Rotermund Moreira
Contador CRC RS 68603 - CNAI nº 1128
Sócio - Responsável Técnico